

**DIREITO PENAL
E PROCESSUAL PENAL**
TÓPICOS ESPECIAIS

HENRIQUE VIANA PEREIRA

Mestre e doutor em Direito pela PUC Minas
Professor da PUC Minas e da Faculdade Novos Horizontes
Advogado criminalista
Pós-graduado em Direito pelo CAD/UGF
Graduado pela Faculdade de Direito Milton Campos

LEONARDO GUIMARÃES SALLES

Advogado criminalista
Graduado em Direito pela PUC Minas
Especializado em Ciências Penais
Defensor dativo perante o TJMG
Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)

**DIREITO PENAL
E PROCESSUAL PENAL**

TÓPICOS ESPECIAIS



Belo Horizonte
2014

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge M. Lasmar
André Cordeiro Leal	Jose Antonio Moreno Molina – Espanha
André Lipp Pinto Basto Lupi	José Luiz Quadros de Magalhães
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	Kiwonghi Bizawu
Bernardo G. B. Nogueira	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Manoel Gomes Júnior
Claudia Rosane Roesler	Luiz Moreira
Clèmerson Merlin Clève	Márcio Luís de Oliveira
David França Ribeiro de Carvalho	Maria de Fátima Freire Sá
Dhenis Cruz Madeira	Mário Lúcio Quintão Soares
Dircêo Torrecillas Ramos	Nelson Rosenvald
Emerson Garcia	Renato Caram
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Roberto Correia da Silva
Florisbal de Souza Del’Olmo	Rodolfo Viana Pereira
Frederico Barbosa Gomes	Rodrigo Almeida Magalhães
Gilberto Bercovici	Rogério Filippetto de Oliveira
Gregório Assagra de Almeida	Rubens Beçak
Gustavo Corgosinho	Vladimir Oliveira da Silveira
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Wagner Menezes
Jean Carlos Fernandes	William Eduardo Freire
Jorge Bacelar Gouveia – Portugal	

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2014.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho
Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva
Revisão: Responsabilidade do Autor

344.035 Pereira, Henrique Viana
P436d Direito penal e processual penal: tópicos especiais / Henrique Viana Pereira, Leonardo Guimarães Salles. – Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014. 135p.

ISBN: 978-85-8238-083-3

1. Direito penal. 2. Direito processual penal. 3. Direito criminal.
4. Memorial – Direito. I. Salles, Leonardo Guimarães. II. Título.

CDD – 344.035
CDU – 341.43

Elaborada por: Fátima Falci
CRB/6-700

Rua Pernambuco, 1408, Loja 03 – Savassi
Belo Horizonte/MG - CEP 30130-151
Tel: (31) 3031-2330

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
2014

NOTA DOS AUTORES

Este livro é resultado de aulas, palestras e prática jurídica. Procuramos simplificar a linguagem, mas sem perder o formalismo necessário ao mundo do direito. Com o intuito de facilitar o aprendizado, em várias ocasiões serão mencionados exemplos.

Buscamos expor pensamentos aplicáveis na vida forense, analisando diversos temas ligados ao Direito Penal e ao Direito Processual Penal, da forma próxima ao que se vive no mundo da prática jurídica criminal.

Temas que nem sempre ecoam entendimentos predominantes, mas a advocacia é assim mesmo! A luta por ideais que boa parte do tempo não agrada a todos. O Advogado não se curva à *ditadura da maioria*.

A esperança é de que essa luta um dia possa lampejar novos caminhos: a gênese de nova jurisprudência.

Lembramos, aqui, uma brilhante passagem do saudoso Prof. Ariosvaldo de Campos Pires, que, em 30/12/1970, ao falar da sua profissão de fé aos jovens advogados na sagração de novos inscritos na OAB/MG, assim pontificou:

Advogar é martirizar-se quando a razão, que é a boa razão, não encontra na inflexibilidade da norma rígida sua adequação. Advogar é receber como prêmio à nossa dedicação e à nossa lealdade, muitas vezes, a ingratidão que fere e desencanta. Advogar é ser a esperança do desesperado, o alento do desalentado. Advogar é ser vanguardeiro de novas inspirações legislativas na busca da desejável harmonia entre o direito e a lei! (PIRES, Ariosvaldo de Campos, *Idéias e vultos do direito*. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1993, p. 46-47).

Professor, o senhor é a nossa inspiração! Sempre!
Esperamos que o livro possa contribuir para a boa prática do Direito Penal e do Direito Processual Penal. Mãos à obra.

OS AUTORES

SUMÁRIO

PREFÁCIO	X
CAPÍTULO 1 A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PENAL E DO DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	1
CAPÍTULO 2 DA CONCESSÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS ATRAVÉS DE MEMORIAIS.....	5
CAPÍTULO 3 DA INADMISSIBILIDADE DA “DENÚNCIA ANÔNIMA” COMO ELEMENTO PROBATÓRIO	9
CAPÍTULO 4 O PRINCÍPIO DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ NO PROCESSO PENAL	13
CAPÍTULO 5 DA CAUÇÃO COMO CONDIÇÃO PARA ATENDIMENTO HOSPITALAR DE URGÊNCIA.....	19
CAPÍTULO 6 DA ANTECEDÊNCIA MÍNIMA PARA INTIMAR A DEFESA A RESPEITO DE UMA AUDIÊNCIA.....	23

<p>CAPÍTULO 7 REGIME ABERTO E AUSÊNCIA DE VAGA EM CASA DE ALBERGADO: DIREITO À PRISÃO DOMICILIAR</p>	29
<p>CAPÍTULO 8 É ADMITIDA A REVALORAÇÃO DE PROVA EM RECURSO ESPECIAL?</p>	33
<p>CAPÍTULO 9 DA INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 305 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO</p>	39
<p>CAPÍTULO 10 OS TRÊS PRINCIPAIS MOVIMENTOS POLÍTICO-CRIMINAIS CONTEMPORÂNEOS.....</p>	43
<p>CAPÍTULO 11 A MAJORANTE DO EMPREGO DE ARMA NO CRIME DE ROUBO E O VÍNCULO À POTENCIALIDADE LESIVA.....</p>	49
<p>CAPÍTULO 12 DA REDUÇÃO DA PENA ABAIXO NO MÍNIMO LEGAL POR INCIDÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE</p>	53
<p>CAPÍTULO 13 DO DIREITO À SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO MESMO QUANDO O RÉU RESPONDER A OUTRA AÇÃO PENAL</p>	57
<p>CAPÍTULO 14 DA INDEVIDA INSERÇÃO DA PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA COMO CONDIÇÃO PARA A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO</p>	61
<p>CAPÍTULO 15 DO DIREITO DE ACESSO AMPLO AOS ELEMENTOS DE PROVA JÁ DOCUMENTADOS, EM PROCESSO JUDICIAL, ADMINISTRATIVO, INQUÉRITO POLICIAL OU EM PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR.....</p>	67

CAPÍTULO 16	
DA INCONSTITUCIONALIDADE DOS ARTIGOS 4º, INC. I, e 5º, §2º DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO (Lei 10.826/2003) E DO ART. 67-A DO DECRETO Nº 5.123/2004.....	71
CAPÍTULO 17	
DA POSSIBILIDADE DO JUIZ CRIMINAL RECONHECER, DE OFÍCIO, INCOMPETÊNCIA RELATIVA.....	77
CAPÍTULO 18	
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO: DA IMPOSSIBILIDADE DE COLETA PESSOAL DE ELEMENTOS PARA FORMAR A <i>OPINIO DELICTI</i>	81
CAPÍTULO 19	
<i>ITER CRIMINIS</i>	89
CAPÍTULO 20	
ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA INTERROMPE A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA?.....	97
CAPÍTULO 21	
DA DESPROPORCIONALIDADE ENTRE AS PENAS COMINADAS PARA O CRIME DE RECEPÇÃO QUALIFICADA E PARA A SUA FORMA SIMPLES.....	103
CAPÍTULO 22	
DA ABERTURA DE VISTA AO <i>PARQUET</i> APÓS A APRESENTAÇÃO DA RESPOSTA À ACUSAÇÃO.....	109
CAPÍTULO 23	
DA NECESSIDADE DE DEGRAVAÇÃO DOS DEPOIMENTOS E INTERROGATÓRIO TOMADOS EM MÍDIA ELETRÔNICA	115
CAPÍTULO 24	
DA PARTICIPAÇÃO DO DEFENSOR DO CORRÉU NO ATO DO INTERROGATÓRIO: O DIREITO DE FAZER PERGUNTAS AO CORRÉU	119

PREFÁCIO

O presente livro é fruto de um processo de reflexão em torno da prática do Direito Penal e do Direito Processual Penal. Foi escrito por autores que possuem notável vivência na advocacia criminal.

Foram contemplados temas polêmicos, voltados para discussões úteis na vida prática dos operadores do foro criminal. Vários assuntos originaram de questionamentos em torno de posições assumidas de maneira não suficientemente problematizada.

Com certeza a obra será de grande utilidade para os estudiosos, sobretudo para os que não têm medo de desenvolver pensamentos críticos sobre temas relevantes, mesmo que protegidos por jurisprudência dominante e, em alguns casos, até mesmo, por súmula.

Dessa forma, os tópicos especiais desenvolvidos por Henrique Viana Pereira e Leonardo Guimarães Salles pretendem aproximar aspectos teóricos do Direito Penal e do Processo Penal ao que acontece no mundo real. Não se trata de um caminho desvinculado da vida real. São fornecidos elementos para uma releitura do estudo da esfera criminal a partir de um Estado Democrático de Direito, que deve adotar o Direito Penal Mínimo.

As regras do jogo do processo penal devem ser respeitadas, sob a luz da Constituição Federal. Como não raras vezes isso não é respeitado, é preciso ter conhecimento, habilidade, estratégia e ética, tudo em prol da

vitória. O *fair play* é fundamental, devendo ser observado pela acusação e pela defesa.

Por fim, agradeço pela escolha do meu nome para prefaciar valiosa publicação e pela homenagem feita ao meu pai na apresentação da obra.

CARLOS FREDERICO VELOSO PIRES

OAB/MG 48.866

Advogado criminalista.

Graduado em Direito pela UFMG.

Ex-conselheiro seccional da OAB/MG.

Ex-conselheiro da Escola Penitenciária de Minas Gerais.

Ex-conselheiro do Conselho Penitenciário do Estado de Minas Gerais.

www.ariosvaldo.com.br

